

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	49
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	50
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	52
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	54
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	278.399.525
Preferenciais	278.399.525
Total	556.799.050
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	3.486.928	3.525.667
1.01	Ativo Circulante	326.660	378.919
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	269.357	317.994
1.01.03	Contas a Receber	40.895	43.387
1.01.03.01	Clientes	40.895	43.387
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.472	12.456
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.472	12.456
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.509	4.568
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	427	514
1.02	Ativo Não Circulante	3.160.268	3.146.748
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	199.988	198.320
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	17.523	16.074
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	17.523	16.074
1.02.01.03	Contas a Receber	43.997	40.032
1.02.01.06	Tributos Diferidos	137.907	141.201
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	561	1.013
1.02.03	Imobilizado	4.128	5.682
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.128	5.682
1.02.04	Intangível	2.956.152	2.942.746
1.02.04.01	Intangíveis	2.956.152	2.942.746
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.041.539	1.045.515
1.02.04.01.02	Intangível - Infra-estrutura	1.914.613	1.897.231

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	3.486.928	3.525.667
2.01	Passivo Circulante	356.468	391.484
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.555	9.058
2.01.01.01	Obrigações Sociais	-104	-98
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.659	9.156
2.01.02	Fornecedores	77.376	112.268
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	77.376	112.268
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.322	8.278
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.876	3.448
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.446	4.830
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	244.709	248.763
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	96.994	93.383
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	96.994	93.383
2.01.04.02	Debêntures	147.715	155.380
2.01.05	Outras Obrigações	17.506	13.117
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.977	4.309
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	10.977	4.309
2.01.05.02	Outros	6.529	8.808
2.01.05.02.04	Direito de Outorga	2.927	4.154
2.01.05.02.05	Outros Passivos	1.733	4.654
2.01.05.02.06	Arrendamento Mercantil Operacional	1.869	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.280.373	2.289.658
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.642.156	1.685.769
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	238.188	249.574
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	238.188	249.574
2.02.01.02	Debêntures	1.403.968	1.436.195
2.02.02	Outras Obrigações	597.749	566.487
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	404.552	399.334
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	404.552	399.334
2.02.02.02	Outros	193.197	167.153
2.02.02.02.03	Outros Passivos	131.399	107.153
2.02.02.02.04	Antecipação de Direitos a Faturar	60.000	60.000
2.02.02.02.05	Arrendamento Mercantil Operacional	1.798	0
2.02.04	Provisões	40.468	37.402
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.464	6.073
2.02.04.02	Outras Provisões	32.004	31.329
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial	32.004	31.329
2.03	Patrimônio Líquido	850.087	844.525
2.03.01	Capital Social Realizado	556.799	556.799
2.03.02	Reservas de Capital	195.988	195.988
2.03.04	Reservas de Lucros	97.300	91.738

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	207.694	196.824
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-119.103	-115.471
3.03	Resultado Bruto	88.591	81.353
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.712	-7.355
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.775	-7.344
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	63	-11
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	79.879	73.998
3.06	Resultado Financeiro	-70.777	-68.455
3.06.01	Receitas Financeiras	6.539	6.853
3.06.02	Despesas Financeiras	-77.316	-75.308
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	9.102	5.543
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.378	-1.741
3.08.01	Corrente	0	-890
3.08.02	Diferido	-3.378	-851
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.724	3.802
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.724	3.802
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	5.724	3.802
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.724	3.802

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	42.467	-15.483
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	131.611	130.695
6.01.01.01	Lucro do exercício antes do IR e CS	9.102	5.543
6.01.01.02	Depreciação e amortização	41.196	44.262
6.01.01.03	Provisão de conserva especial	8.117	10.693
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	73.099	70.476
6.01.01.05	Margem de construção - ICPC01	-500	-394
6.01.01.06	Perda na baixa de imobilizado e intangível	0	14
6.01.01.07	Provisão para contingências	2.391	1.769
6.01.01.08	Receita diferida	-1.794	-1.668
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.073	-51.428
6.01.02.01	Contas a receber	2.063	2.037
6.01.02.02	Tributos a recuperar	233	9.982
6.01.02.03	Partes relacionadas	159	-3
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.511	1.572
6.01.02.05	Outros ativos	-3.608	569
6.01.02.06	Fornecedores	3.775	-40.172
6.01.02.07	Salários e encargos sociais	1.497	1.542
6.01.02.08	Tributos a pagar	-1.509	-10.015
6.01.02.11	Outros passivos	-8.905	-16.559
6.01.02.12	Fornecedres - Partes relacionadas	711	-381
6.01.03	Outros	-85.071	-94.750
6.01.03.01	Juros pagos de empréstimos, debêntures e mútuo	-75.740	-77.763
6.01.03.02	Correção monetária pagas de emprést e debêntures	-8.796	-15.963
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-535	-1.024
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-64.336	-9.734
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado	0	-110
6.02.03	Adições ao intangível	-64.336	-9.624
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-26.768	-40.768
6.03.01	Pagamento de principal de empréstimos e debêntures	-26.768	-40.768
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-48.637	-65.985
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	317.994	338.844
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	269.357	272.859

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	91.738	0	0	844.525
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-162	0	0	-162
5.02.01	Ajuste IFRS 16	0	0	-162	0	0	-162
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	91.576	0	0	844.363
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	5.724	0	0	5.724
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	5.724	0	0	5.724
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	97.300	0	0	850.087

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	77.820	0	0	830.607
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	77.820	0	0	830.607
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	3.802	0	0	3.802
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	3.802	0	0	3.802
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	81.622	0	0	834.409

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	222.480	211.817
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-76.118	-68.108
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-76.118	-68.108
7.03	Valor Adicionado Bruto	146.362	143.709
7.04	Retenções	-41.196	-44.262
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-41.196	-44.262
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	105.166	99.447
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.602	6.845
7.06.02	Receitas Financeiras	6.539	6.853
7.06.03	Outros	63	-8
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	111.768	106.292
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	111.768	106.292
7.08.01	Pessoal	8.493	8.477
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.013	6.823
7.08.01.02	Benefícios	1.045	1.236
7.08.01.03	F.G.T.S.	435	418
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	20.061	18.062
7.08.02.01	Federais	11.331	9.457
7.08.02.02	Estaduais	123	0
7.08.02.03	Municipais	8.607	8.605
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	77.490	75.951
7.08.03.01	Juros	76.928	75.306
7.08.03.02	Aluguéis	405	643
7.08.03.03	Outras	157	2
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.724	3.802
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.724	3.802

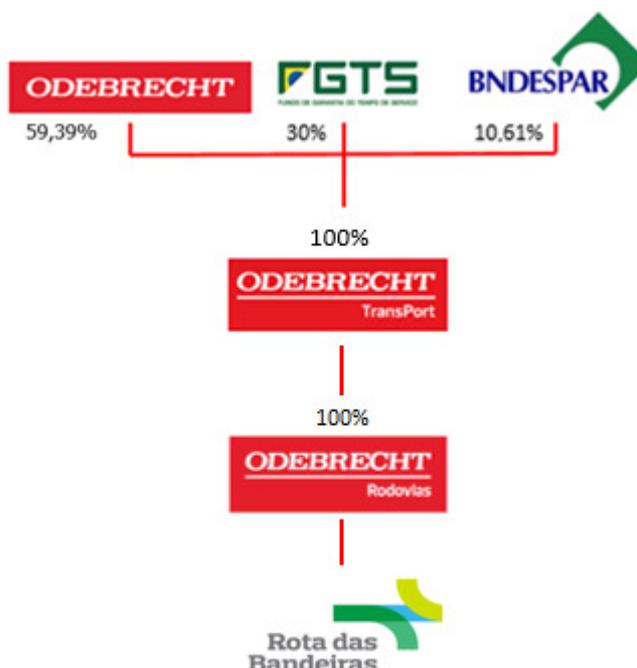
Comentário do Desempenho

Itatiba, 14 de maio de 2019 - É com grande satisfação que a Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Condensadas (ITR), relativos ao exercício findo em 31 de março de 2019, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes.

1. Apresentação

Histórico

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. é controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A., conforme organograma abaixo:



A Companhia passou a operar em 02 de abril de 2009, após a celebração do Termo de Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, ocorrida junto ao Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I.

Comentário do Desempenho

Características do Projeto

O Corredor Dom Pedro I é formado pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Professor Zeferino Vaz (SP-332), Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), Romildo Prado (SP-063), José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Acesso Valinhos (SPA-122/065), Acesso Jundiaí (SPA-067/360), Acesso Barão Geraldo (SPA-114/332), prolongamento da SP-083 (Anel Sul de Campinas), via perimetral de Itatiba e SPI-084/066, além de outros segmentos de rodovias transversais, correspondendo a, aproximadamente, 297 quilômetros e 1,5% da malha rodoviária concedida à iniciativa privada no País, conforme dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

O Corredor Dom Pedro I integra 17 municípios, atingindo mais de 2,7 milhões de habitantes, e possui interseção com as principais rodovias do Estado de São Paulo, como Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, além de conectar importantes centros como a Região Metropolitana de Campinas (RMC), Jundiaí e o Vale do Paraíba, que apresentam grande desenvolvimento econômico e possuem fortes oportunidades de investimentos.

Características da Região

A RMC apresenta PIB per capita crescente e, aproximadamente 2,5 vezes superior ao do Brasil, além de apresentar uma economia dinâmica e diversificada com forte presença de indústrias de ponta.

Além disso, os municípios no entorno do Corredor Dom Pedro I apresentam diversos incentivos fiscais a fim de atrair investimentos. Os municípios de Itatiba e Atibaia, por exemplo, oferecem isenção de IPTU, taxas municipais e taxa de licença de funcionamento às empresas que se instalem ou ampliem suas instalações nestas cidades.

Um forte atrativo de desenvolvimento para a região é o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. No primeiro trimestre de 2019, o aeroporto de Viracopos transportou 55,5 mil toneladas de cargas e movimentou 2,5 milhões de passageiros.

Operação

A Concessionária Rota das Bandeiras atende seus usuários através de 6 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário, 2 Bases Operacionais e 91 câmeras de monitoramento. A Companhia possui 64 profissionais de resgate, 82 operadores de tráfego e 13 operadores no Centro de Controle Operacional (CCO), além de diversos tipos de veículos de apoio. Desta forma, foi possível realizar com agilidade e excelência, em média, 278 atendimentos por dia no primeiro trimestre de 2019.

Comentário do Desempenho

2. Sumário Executivo

Cenário Macroeconômico¹

O fim do ciclo de aperto monetário nos EUA, sinalizado pelo Fed em março, e os avanços nas negociações comerciais entre EUA e China, seguem como lastro aos mercados globais. No âmbito doméstico, a avaliação dos primeiros cem dias da administração Bolsonaro confirma um quadro marcado por fragilidade da base política para implementar a agenda econômica desenhada pelo governo. O custo de transação para aprovação da agenda econômica é crescente.

A alta do IPCA em março (0,75%) refletiu, em grande medida, a aceleração dos grupos Alimentação e Bebidas e Transportes. O índice mais pressionado pode ser explicado, em grande medida, pela dinâmica de curto prazo dos preços de alimentos – ainda captando o impacto das chuvas – e dos preços de combustíveis.

O IGP-M registrou avanço de 1,26% em março, acelerando quando comparado ao IGP-M de fevereiro (0,88%). Em 12 meses, o índice registra alta acumulada de 8,27%.

A taxa de câmbio BRL/USD encerrou março em R\$ 3,897/US\$, alta de 4,2% ante o fechamento de fevereiro (R\$ 3,738/US\$). As dificuldades de articulação política do governo foram reforçadas por ruídos na comunicação, elevando os temores com o andamento da reforma da Previdência.

Reflexo na Companhia

Sessenta por cento da Receita de Pedágio da Companhia é atrelada aos veículos pesados. No primeiro trimestre de 2019 continua valendo a suspensão do pagamento de eixo suspenso que foi decretada a partir do dia 31 de maio de 2018, com isso o tráfego de veículos pesados em VEQ do primeiro trimestre de 2019 (Veículos Equivalentes) ficou 2,6% abaixo se comparado a 2018, já o tráfego de veículos leves apresentou aumento de 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, resultando em um total de -0,4%. Desconsiderando o efeito da suspensão do pagamento de eixo suspenso o tráfego fecharia em um crescimento de 8,0%.

A margem EBITDA² apresentou aumento de 0,3 p.p. quando comparado a 2018 (de 82,8% para 83,1%).

¹ Fonte: Tendências Consultoria Integrada – abril/2019.

² EBITDA Ajustado de acordo com quadro "Composição do EBITDA" abaixo.

Comentário do Desempenho

Em 31 de março de 2019, a Companhia alcançou um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de 1,35x, superior ao limite mínimo exigido de 1,20x. Este resultado demonstra a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações mesmo com a suspensão da cobrança do eixo suspenso.

3. Destaques

- **Receita Bruta de Pedágio:** Crescimento de 2,4% no primeiro trimestre de 2019 comparado ao mesmo período do ano anterior;
- **EBTIDA²:** Aumento de 0,5% em 1T19 vs 1T18, apresentando um valor de R\$ 131.020.

4. Desempenho Econômico Financeiro

As informações a serem apresentadas estão expressas em milhares de reais (ou em unidades específicas, quando destacadas) e as devidas comparações são referentes ao 1T19 e ao 1T18.

Tráfego

Tráfego	milhares		
Categoria	1T19	1T18	Var. %
Pesado	12.281	12.604	-2,6%
%Veic. Eq. Totais	56,4%	57,7%	-1,3 p.p.
Leve	9.485	9.242	2,6%
%Veic. Eq. Totais	43,6%	42,3%	1,3 p.p.
Total Veq.¹	21.765	21.846	-0,4%
Tarifa média ²	7,75	7,55	2,7%

¹ Veículos equivalentes ("VEQ") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes);

² A tarifa média é calculada pelo total de Receita de Pedágio dividido pelo total de VEQ.

No primeiro trimestre de 2019, o tráfego pedagiado alcançou um total de 21.765 mil em VEQ, apresentando variação de -0,4% ante ao exercício anterior. O resultado foi afetado principalmente pela suspensão de cobrança dos eixos suspensos.

Comentário do Desempenho

Receita Bruta

Descrição	Em milhares de reais		
	1T19	1T18	Var. %
Receita bruta de serviços	222.480	211.817	5,0%
Receitas de pedágio	168.787	164.903	2,4%
% Receita Totais	81,3%	83,8%	-2,5 p.p.
Receitas acessórias e outras	3.688	7.536	-51,1%
% Receita Totais	1,8%	3,8%	-2,1 p.p.
Receita de construção	50.005	39.378	27,0%
% Receita Totais	24,1%	20,0%	4,1 p.p.
Impostos e contribuições sobre serviço	- 14.786	- 14.993	-1,4%
% Receita Totais	-7,1%	-7,6%	0,5 p.p.
Receita Líquida de serviços	207.694	196.824	5,5%

A **Receita Bruta Operacional** da Companhia totalizou R\$ 172.475 mil, apresentando um aumento de 0,02% no 1T19 em relação ao mesmo período do ano anterior.

As **Receitas de Pedágio** totalizaram R\$ 168.787 mil no 1T19, o que representou um aumento de 2,4% se comparadas ao mesmo período do ano anterior.

As **Receitas Acessórias** foram de R\$ 3.688 mil no 1T19, apresentando uma variação de -51,1% em relação ao 1T18, resultado dos recebimentos pontuais de receitas em 2018 por Uso da Faixa de Domínio, Passagem de Cargas Especiais, Utilização de Acessos, entre outros.

Custos e Despesas

Os Custos e Despesas Totais são compostos pelos Custos dos Serviços Prestados, Custos de Construção, Depreciação/Amortização e Despesas Gerais e Administrativas. Seguem abaixo os resultados do 1T19:

Descrição	Em milhares de reais		
	1T19	1T18	Var. %
Custos	(119.103)	(115.471)	3,1%
Custos dos Serviços Prestados	(20.321)	(21.568)	-5,8%
Provisão de Conserva Especial	(8.118)	(10.693)	-24,1%
Custos de Construção	(49.505)	(38.984)	27,0%
Depreciação/Amortização	(41.159)	(44.226)	-6,9%
Despesas	(8.775)	(7.344)	19,5%
Despesas gerais e administrativas	(6.384)	(5.575)	14,5%
Provisão de Contingências	(2.391)	(1.769)	35,2%
Total	(127.878)	(122.815)	4,1%

Comentário do Desempenho

Os **Custos dos Serviços Prestados** totalizaram R\$ 20.321 mil no 1T19. A variação de custos apresentou uma redução de -5,8%.

As **Despesas gerais e administrativas** no 1T19 resultaram em R\$ 6.384 mil, 14,5% acima que no ano anterior.

A **Provisão de Conserva Especial** do 1T19 fechou em R\$ 8.118 mil, 24,1% abaixo que no ano anterior.

A **Provisão de Contingências** do 1T19 resultou em R\$ 2.391 mil, referente aos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.

EBITDA

O EBITDA Ajustado acumulado até 31 de março 2019 foi de R\$ 131.020 mil, registrando crescimento de 0,5% em relação ao ano anterior.

Composição do EBITDA		Em milhares de reais		
Descrição	1T19	1T18	Var. %	
Resultado do exercício	5.724	3.801	50,6%	
(+/-) Resultado financeiro, líquido	70.777	68.455	3,4%	
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	- 3.378	- 1.741	94,0%	
EBIT	79.879	73.997	7,9%	
Margem EBIT (%)	38,5%	37,6%	0,9 p.p.	
Depreciação e amortização	41.196	44.262	-6,9%	
EBITDA	121.075	118.259	2,4%	
Margem EBITDA (%)	58,3%	60,1%	-1,8 p.p.	
Margem de Construção ¹	- 500	- 394	26,8%	
Provisão Conserva Especial ²	8.118	10.693	-24,1%	
Provisão para Contingência	2.391	1.769	35,2%	
Outras receitas (despesas), líquidas	- 63	11	-684,1%	
EBITDA Ajustado	131.020	130.337	0,5%	
Margem EBITDA Ajustado (%)	83,1%	82,8%	0,3 p.p.	

¹ É a margem de 1% reconhecida sobre os custos relativo ao serviço de construção prestado, conforme Orientação OCPC 05.

² Provisão para manutenção ou recomposição da infraestrutura.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de reais		
	1T19	1T18	Var. %
Receitas Financeiras	6.539	6.853	-4,6%
Despesas Financeiras	(77.316)	(75.308)	2,7%
Resultado Financeiro Líquido	(70.777)	(68.455)	3,4%

No primeiro trimestre de 2019, a Companhia apresentou um **Resultado Financeiro Líquido** negativo de R\$ 70.777 mil (3,4% ante a 2018), esta variação ocorre principalmente em função da oscilação do IPCA, que é o principal indexador das dívidas da Companhia.

As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 6.539 mil no 1T19 (redução de 4,6% sobre o ano anterior).

Endividamento

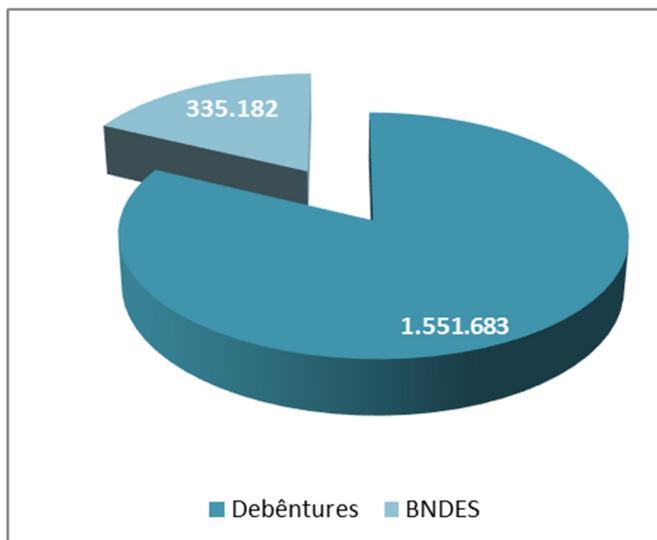
Descrição	Em milhares de reais		
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	Var. %
Dívida Bruta	1.886.865	1.934.532	-2,5%
Empréstimos e Debêntures	1.886.865	1.934.532	-2,5%
Caixa e Aplicação Financeira	(286.880)	(334.068)	-14,1%
Dívida Líquida	1.599.985	1.600.463	-0,03%

O saldo da Dívida Líquida da Companhia ficou em linha se comparado ao período de 31 de dezembro de 2018.

Abaixo, composição da Dívida Bruta da Companhia em 31 de março de 2019:

Composição da Dívida		Em milhares de reais	
Descrição	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	%
Debêntures	1.551.683	1.591.575	82,2%
BNDES	335.182	342.956	17,8%
Total	1.886.865	1.934.532	100,0%

Comentário do Desempenho



Nota: Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

Investimentos

Os investimentos em ampliação e manutenção realizados pela Companhia no 1T19 foram de R\$ 57.758 mil, atingindo o montante de R\$ 2,3 bilhões já investido desde o início da Concessão. As principais obras realizadas no 1T19 podem ser assim resumidas:

- ✓ Implantação das marginais da Rodovia Dom Pedro I (SP-065) em Campinas com continuidade entre os km 131,2 e 132,4 (Marginal Sul);
- ✓ Conclusão da Duplicação da Rodovia Professor Zeferino Vaz (SP-332 - km 176 ao 180) incluindo Retorno em desnível km 176 da SP-332
- ✓ Conclusão da Duplicação da Rodovia Romildo Prado (SP-063 - km 0 ao 2,3);
- ✓ Continuidade da Duplicação da SPA067/360 (Fase I);
- ✓ Continuidade da implantação do Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira, trecho Bandeirantes - Rod. Miguel Melhado Campos;
- ✓ Conclusão da Etapa II da canalização do Córrego Invernada na SP-083;
- ✓ Conclusão da passarela de pedestre km 145;
- ✓ Conclusão das Marginais Secundárias da SP 065 km 95, km 97 e km 113 e início da Marginal Secundária do km 117.
- ✓ Melhorias em interseções da malha viária, visando maior fluidez do tráfego e segurança aos usuários;
- ✓ Obras de recuperação especial de pavimento e melhorias com sinalização;
- ✓ Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como: barreiras de concreto, defensas metálicas, atenuadores de impacto, dentre outros.

Comentário do Desempenho

Resultado líquido

A Companhia registrou em 31 de março de 2019 um resultado líquido acumulado positivo de R\$ 5.724 mil.

5. Informações sobre a Companhia

Indicadores Operacionais

A Companhia cumpriu todas as suas obrigações contratuais relativas aos indicadores operacionais, como Tempo de Atendimento Pré-Hospitalar, Tempo de atendimento aos serviços de Guincho, Tempo de atendimento mecânico, Tempo de Cobrança nas cabines de pedágio, etc.

No período findo em 31 de março de 2019, foram realizados aproximadamente 30,2 mil atendimentos a usuários, compostos basicamente da seguinte forma:

- 59,3% de serviços de inspeção;
- 16,3% de serviços de guincho;
- 13,3% de serviços mecânicos;
- 2,4% de serviços pré-hospitalares e;
- 8,7% de serviços com caminhão pipa, apreensão de animais e apoio em geral.

Gestão de Pessoas

A Companhia utiliza a Tecnologia Empresarial Odebrecht ("TEO") como ferramenta fundamental que norteia a condução na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. A base de tudo é a confiança nas pessoas, na capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No período findo em 31 de março de 2019, a Companhia contava com 620 integrantes em seu quadro.

Projeto Jovem Aprendiz

A Companhia, em parceria com as Instituições Suporte Técnico e Pedagógico Especializado ("SENAI") e Centro de Integração Empresa Escola ("C.I.E.E."), por meio do Projeto Jovem Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais

Comentário do Desempenho

de sucesso para o mercado de trabalho. No período findo em 31 de março de 2019, a Companhia contava com 23 aprendizes em seu efetivo.

Rota da Inclusão

A Companhia iniciou em 2014 o programa Rota da Inclusão, que tem por objetivo a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O programa é composto de várias etapas como, por exemplo, a capacitação de todos os integrantes para lidar com as diferenças e particularidades de pessoas com algum tipo de deficiência, realização de palestras sobre a importância e responsabilidade social de todos no quesito de inclusão social, dentre outras. No período findo em 31 de março de 2019, a Companhia contava em seu quadro 11 pessoas com deficiência, alocadas em diversas áreas.

6. Governança Corporativa

A Companhia adota práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas adotadas pelo mercado, aplicadas na condução e gestão do negócio. Alinhada com as recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, estão listadas abaixo as principais práticas adotadas.

Órgãos da Administração

A Governança Corporativa é um instrumento a serviço da estratégia de crescimento orgânico, sadio e continuado da Companhia.

Com a definição das instâncias de delegação, dos instrumentos para constantes alinhamentos e disciplina na condução da governança, há o estabelecimento e fortalecimento da confiança.

Exceto no que se refere às matérias de deliberação da acionista nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme atribuições legais e estatutárias.

O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, e seus respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com um mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

Todos os membros do Conselho de Administração foram investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, no Livro de Atas das Reuniões

Comentário do Desempenho

do Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício do cargo até a investidura de seus sucessores.

O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os seus membros, sendo que o mesmo terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

As regras de funcionamento e de reuniões do Conselho de Administração estão contidas no Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração aprovado na Reunião de Conselho da Companhia, em 19 de junho de 2013.

A Diretoria da Companhia é formada por 2 (dois) diretores, os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, admitida a reeleição.

As atribuições que não são conferidas à Assembleia Geral ou Conselho de Administração competem aos diretores, os quais estão obrigados a prestarem informações periódicas ao Conselho de Administração sobre o cumprimento do Plano de Negócios da Companhia.

Além disso, a Companhia, por ser companhia aberta, registrada na categoria B, está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários, o que inclui a obrigação de publicação no site da Companhia e no site da CVM, anualmente, do seu Formulário de Referência, contemplando inclusive todos os contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas.

Por fim, a Companhia possui uma Política de Divulgação de Fato Relevante em linha com a instrução da CVM, assim como comunica ao mercado todos os eventos que possam ser de interesse de seus investidores.

Auditoria das Demonstrações Financeiras

Em 02 de abril de 2015, a Companhia contratou a Grant Thornton Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações financeiras. Não houve neste período a prestação de quaisquer outros serviços pelos auditores independentes que não fossem os relacionados à auditoria externa, conforme menção acima.

As informações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Comentário do Desempenho

Conduta e Código de Ética

Em continuidade ao processo de instituição e reforço do Sistema de Conformidade da Companhia, iniciado em 11 de junho de 2014, foram aprovados em 17 de abril de 2017 a nova Política sobre Conformidade, com Atuação Ética, Íntegra e Transparente, bem como o Compromisso com Atuação Ética, Íntegra e Transparente que substituiu o até então vigente Código de Conduta.

O Sistema de Conformidade da Companhia é composto por um novo canal de comunicação confidencial, administrado pela empresa terceirizada ICTS, por meio do qual são recebidos, tanto 0800, quanto *website*, relatos de desvios do Compromisso de Atuação, os quais são tratados por um Comitê de Ética. Além disso, a Companhia faz com frequência divulgações e palestras que visam garantir a transparência, o compromisso, a confiabilidade e a segurança no ambiente de trabalho.

Todos integrantes da Companhia tiveram treinamento sobre o Compromisso de Atuação, visando disseminar o conhecimento sobre ética na empresa.

Adicionalmente, foram editadas Instruções Normativas a respeito de assuntos como Relacionamento com Agentes Públicos, Brindes, Anticorrupção, Lavagem de Dinheiro, Contratação de Fornecedores, as quais terão treinamentos específicos a serem ministrados para todos os funcionários até o final do corrente ano.

Ademais, a Companhia realiza campanhas periódicas sempre reforçando o dever de uma atuação ética, bem como disponibiliza em seu jornal interno, o "Tá na Rota", pequenas notas sobre ética em coluna denominada "Cantinho da Ética".

Transparência e Gestão

A Companhia mantém em seu *website* espaço dedicado à área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das suas informações e resultados.

A Companhia divulga de forma tempestiva as informações trimestrais e anuais legalmente exigidas e utiliza práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

Comentário do Desempenho

7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Responsabilidade Social

Desde o início de suas atividades, a Concessionária Rota das Bandeiras tem como um de seus pilares a responsabilidade em garantir a qualidade de vida de seus usuários e das comunidades que vivem nos municípios que margeiam o trecho concedido de rodovias. Isto significa proporcionar a cada dia mais segurança e conforto para todos.

A Companhia desenvolve programas e campanhas, principalmente relacionadas à educação no trânsito e segurança viária, que atendem uniformemente todos os 17 municípios do Corredor Dom Pedro.

Seguem abaixo exemplos dos principais programas e campanhas realizadas.

Rota da Educação - Lançado no segundo semestre de 2012, o Rota da Educação é o principal instrumento da Concessionária para fomentar a discussão e aprendizado específicos sobre educação no trânsito nas escolas municipais das 17 cidades que compõem o Corredor Dom Pedro, especialmente aquelas próximas às rodovias ou que estejam inseridas em áreas urbanas mais movimentadas. O trabalho é realizado com crianças de 1º ao 5º ano, com idades entre 6 e 11 anos.

O Rota da Educação já beneficiou mais de 73 mil alunos desde o início de suas atividades.

Parada Legal - É consenso dentro da Rota das Bandeiras que investir em segurança e no conforto dos usuários das estradas do Corredor Dom Pedro é ter retorno certo. Isto porque quanto mais orientados forem os motoristas e melhores preparados forem os veículos que trafegam pelas nossas rodovias, menor será o índice de acidentes. Foi com base nesta filosofia que, em 2010, a Concessionária elaborou uma campanha sustentável, que atende uniformemente aos 17 municípios. Trata-se de um programa itinerante que tem como alvo os pedestres, motociclistas, caminhoneiros ou motoristas de passeio que utilizam cada uma de nossas cinco rodovias.

Por Cima do Risco - O modelo de passarela utilizado hoje em dia nas rodovias brasileiras é o dispositivo de segurança definitivo para evitar acidentes por atropelamento em pontos com grande fluxo de pedestres. Muitos usuários, porém, desconhecem os riscos de se atravessar uma estrada e, nesta hora, optam por correr o risco. Com base nessa preocupação, a campanha tem como grande objetivo orientar os pedestres sobre o exato perigo que correm cada vez que fazem uma travessia. Assim, além do risco reduzido a cada usuário orientado, a Concessionária ganha milhares de aliados na difusão

Comentário do Desempenho

destas informações. As ações acontecem sempre próximas a uma passarela de grande movimento. Ali, uma equipe da Rota das Bandeiras aborda as pessoas que relutam em utilizar o dispositivo, mesmo ele estando a poucos metros do local da travessia.

Campanha do Agasalho - Não são apenas os assuntos relacionados às rodovias que estão no prisma da equipe da Rota das Bandeiras. A Campanha do Agasalho, realizada anualmente, passou a ser motivo de orgulho de todos os integrantes, diretos e indiretos, que vêm garantindo o sucesso dessa iniciativa. Todos os materiais arrecadados são distribuídos para a população carente das 17 cidades que integram o Corredor Dom Pedro.

Responsabilidade Ambiental

Para a Rota das Bandeiras, a administração de uma empresa com responsabilidade ambiental, deixou há tempos de ser uma tendência do mercado para se tornar um compromisso. No entanto, entendemos que não há compromisso sem atitude e, por isso, temos o orgulho de dizer que agimos, seja por meio de preservação e proteção do meio ambiente, seja na política interna com nossos integrantes.

Todas as obras executadas pela Concessionária respeitam rigorosamente as leis ambientais e visam contribuir para a recuperação e recomposição da flora e fauna do Corredor Dom Pedro. Além de estar ciente de seu papel na preservação do meio ambiente, a Rota das Bandeiras também busca contribuir para que uma nova cultura de responsabilidade ambiental seja desenvolvida nos 17 municípios que integram o Corredor Dom Pedro. Por isso, a Concessionária desenvolve atividades voltadas à educação ambiental com crianças e adolescentes.

A Companhia também desenvolve ações voltadas para gerenciamento de resíduos, consumo de água e energia, emissão de gases de efeito estufa, preservação da fauna existente às margens do Corredor Dom Pedro e à proteção do solo e dos mananciais, em caso de acidentes envolvendo cargas perigosas.

Preservação e Recuperação da flora

Desde que iniciou suas atividades para manutenção e modernização do Corredor Dom Pedro, em 2009, a Companhia mantém um rigoroso programa reflorestamento de árvores nativas, prioritariamente em áreas de preservação permanente e formação de corredores ecológicos (conexão de fragmentos florestais), por meio do plantio compensatório nas áreas onde atua.

Comentário do Desempenho

Por isso, em média cada árvore suprimida nas obras de modernização de nossas rodovias, plantamos 25 novas mudas. Já no caso de Áreas de Preservação Permanente (APPs), a compensação média é de uma área equivalente ao dobro daquela que foi suprimida. Assim desde abril de 2009, mais de 257 mil árvores nativas foram plantadas e mantidas até que se formem fragmentos florestais autossustentáveis.

Além dos plantios compensatórios, a Rota das Bandeiras promove atividades ambientais com crianças e adolescentes, visando à formação de cidadãos que respeitem a natureza e contribuam para a formação de um planeta "mais verde", onde são realizadas excursões de escolas públicas para as áreas de plantio compensatório com intuito de conscientizar "na prática" a nova geração.

Respeito à Fauna

A Rota das Bandeiras monitora constantemente possíveis áreas de risco para impedir o atropelamento e garantir a segurança dos usuários e também dos animais que vivem às margens do Corredor Dom Pedro.

Além disso, em todos os projetos para ampliação ou implantação de novas rodovias no Corredor Dom Pedro, a Rota das Bandeiras prevê a construção de passagens de fauna, conforme a necessidade indicada nos estudos ambientais, além dos plantios compensatórios que quando possível, são realizados corredores de fauna, ampliando o habitat e conectividade da fauna existente.

A Concessionária tem ainda parcerias com os municípios do Corredor Dom Pedro para a castração de animais domésticos, minimizando a presença desses animais às margens das rodovias.

Monitoramento de Focos de Incêndio

A maior parte do Corredor Dom Pedro está localizada em uma área com clima tropical de altitude, com invernos quentes e secos, que tornam a vegetação mais vulnerável ao risco de incêndios no período entre junho e agosto.

Por isso, a Rota das Bandeiras realiza um trabalho preventivo para minimizar o risco de incêndios, cuida com zelo da poda na faixa de domínio da Concessionária e implanta aceiros.

Além disso, a Concessionária conta com as 91 câmeras de seu Centro de Controle Operacional, um dos mais modernos do país, para o monitoramento de todo o Corredor

Comentário do Desempenho

Dom Pedro e o imediato acionamento de sua equipe, que tem caminhões-pipa à disposição, ou do Corpo de Bombeiros para o atendimento às ocorrências.

Monitoramento de Acidentes com Produtos Perigosos

Assim como no caso dos focos de incêndio, as câmeras de seu Centro de Controle Operacional são a principal ferramenta utilizada pela Rota das Bandeiras para identificar qualquer tipo de ocorrência envolvendo cargas com produtos perigosos ao longo dos 297 km de rodovias sob sua responsabilidade.

A Rota das Bandeiras também conta com os serviços, 24 horas por dia, de uma empresa especializada na contenção de cargas perigosas; promove simulados periódicos para o treinamento de suas equipes; e capacita seus inspetores de tráfego para prestar o primeiro atendimento em caso de ocorrências com esse tipo de carga.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

A Rota das Bandeiras recolhe, em média, 35 toneladas de resíduos por mês no Corredor Dom Pedro. Mais do que simplesmente contribuir para a manutenção da boa qualidade de nossas rodovias, este trabalho também reflete a preocupação da Concessionária com as questões ambientais.

Afinal, a Rota das Bandeiras possui um sistema de gestão ambiental, o qual contempla o gerenciamento e destinação adequada de resíduos, como por exemplo os resíduos eletrônicos, lâmpadas fluorescentes, resíduos de construção civil, varrição, entre outros.

A concessionária busca a reutilização de materiais nobres em suas obras, através de inovações tecnológicas, como o "asfalto ecológico", o qual reutiliza pneus usados como matéria-prima. A técnica já foi aplicada em trechos da SP-332, Zeferino Vaz.

Outra prática é a utilização do material fresado, oriundo da recuperação de pavimento, o qual é destinado à recuperação de vias vicinais dos municípios no entorno do Corredor Dom Pedro.

Comentário do Desempenho

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecimentos

Aproveitamos para expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que no trimestre findo em 31 de março de 2019, não houve contratações de outros serviços que não sejam os relacionados à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, avaliamos sempre o conflito de interesses com outros serviços que não estão relacionados à auditoria, tomando por base o princípio da intencionalidade, ou seja, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou e concordou com o Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as devidas demonstrações contábeis condensadas relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2019.

Itatiba, 14 de maio de 2019.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia ou Concessionária”), com sede em Itatiba, São Paulo, é uma sociedade por ações, de capital aberto. Foi constituída em 09 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 03 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), em 02 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

Em 19 de maio de 2010, a Companhia realizou o pedido de registro de companhia aberta para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), motivada pela intenção de realizar uma oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie subordinada, a ser convolada em espécie com garantia real, de emissão da Companhia, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM no 400.

O registro foi deferido em 30 de junho de 2010.

O pedido de registro de companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus investidores, credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

Notas Explicativas

A Concessionária possui cinco termos Aditivos Modificativos (“TAM”) com a ARTESP, sendo: (1ª) firmado em dezembro de 2009, altera a localização das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Louveira e Paulínia A e B; (2ª) firmado em março de 2011, estabelece a 1ª Adequação de Cronograma de obras da Concessionária com o reconhecimento do desequilíbrio da equação financeira do contrato de concessão, sem fixar a modalidade e prazo para tal reequilíbrio, cujos valores ainda estão sendo tratados em processos administrativos; (3ª) firmado em setembro de 2014, referente a implantação do Projeto Piloto do Governo do Estado de São Paulo denominado Ponto a Ponto (“PaP”) na Rodovia SP-332, além de fixar o local aonde os pórticos serão instalados, também garante o Reequilíbrio da perda de Receita ocorrida pela implantação do PaP e seus investimentos com a implantação do Projeto; (4ª) firmado em Setembro de 2016, referente a implantação do PaP na Rodovia SP-360; (5ª) firmado em setembro de 2017, define o prazo de termino do projeto PaP da Rodovia SP-332 (3ª TAM) para o mesmo prazo de termino da Concessão.

Existem discussões em curso com a ARTESP relacionadas a eventos que podem gerar novos desequilíbrios a favor ou contra a Concessionária.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de março de 2019, a Companhia apresenta o Capital Circulante Líquido (CCL) negativo de R\$ 29.808 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 12.565), em virtude da negociação junto aos seus fornecedores de ampliação dos prazos de pagamento.

No período findo em 31 de março de 2019, não ocorreram mudanças relevantes.

Investigações e medidas judiciais em andamento

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht.

A Companhia não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos, relacionadas à Operação Lava Jato, bem como não sofreu busca e apreensão em seus estabelecimentos e não teve nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado até o momento. Considerando que as investigações ainda estão em andamento, não há como determinar se será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de maio de 2019.

2. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações trimestrais foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Notas Explicativas

Conforme Ofício Circular CVM/SNC/SEP no 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas neste ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações contábeis anuais. A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis adotadas na apresentação e elaboração, são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2019, do Pronunciamento CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2018.

A nova norma que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil, adotada pela Companhia, conforme Nota Explicativa nº 14, resultou em impactos nas informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2019, sendo que as demais normas permaneceram válidas para essas Informações Trimestrais. Dessa maneira, essas informações trimestrais incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações contábeis anuais e, conseqüentemente, as correspondentes informações devem ser lidas em conjunto com a Nota Explicativa nº 2 daquelas demonstrações contábeis. Essas políticas foram consistentemente aplicadas em todos os períodos de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

As notas explicativas que não sofreram alterações relevantes em relação às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 não foram incluídas nessas informações trimestrais. Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

O *International Accounting Standards Board (IASB)* publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, aprovados pelo CPC:

- **CPC 06 (R2) / IFRS 16:** estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.

A estimativa dos efeitos antes apresentada foi apurada considerando as isenções dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor e a abordagem simplificada de reconhecimento dos efeitos cumulativos em prejuízos acumulados, estabelecidas nos Itens 6 a 8, C10(c)(i), C5(b), C6 e C7 do CPC 06 (R2)/IFRS 16, determinando o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento correspondente, contidos nos contratos de arrendamentos operacionais elegíveis pela Companhia para aplicação da referida norma contábil (terrenos, veículos e outros), na qualidade de arrendatária, já que ela não possui contratos de arrendamento como arrendadora nem contratos de arrendamento financeiro como arrendatária.

Notas Explicativas

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento (CPC 06/IAS 17).

2.2. Resumo das principais políticas contábeis

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

As políticas contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis intermediárias são as mesmas utilizadas na demonstração contábil anual de 31 de dezembro de 2018.

3. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos e arrendamento mercantil, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Notas Explicativas

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de março de 2019				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	71.475	212.301	-	-
BNDÉS (i)	106.640	107.066	174.413	12.166
Debêntures (i)	234.911	328.825	1.498.216	279.332
Mútuos - partes relacionadas (i)	28.147	29.130	94.163	594.213
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	102.920	94.099	-	-
BNDÉS (i)	89.373	91.383	158.417	15.083
Debêntures (i)	204.387	284.200	1.354.273	588.251
Mútuos - partes relacionadas (i)	28.150	29.133	94.173	594.277

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outras obrigações;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e do índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e o índice de inflação IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Notas Explicativas

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas as projeções apresentadas abaixo:

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP (*)	7,0%	7,8%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%
IPCA (*)	3,7%	4,0%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%

(*) Fonte: Projeção Banco Santander - 29/03/2019.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e, no índice de inflação IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
TJLP (*)	6,79%	8,49%	10,19%
IPCA (*)	3,67%	4,58%	5,50%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2019 a 2025 das taxas apresentadas acima.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Empréstimo BNDES	abr/25	Alta na TJLP	33.264	39.793	46.689

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures	jul/24	Alta no IPCA	1.426.022	1.496.940	1.569.783
Empréstimo BNDES	mai/22	Alta no IPCA	82.909	85.455	88.286
Mútuo com partes Relacionadas	out/25	Alta no IPCA	445.654	485.569	527.419

Notas Explicativas

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período findo em 31 de março de 2019.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

g) Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas Explicativas

Os índices de endividamento em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 podem ser assim sumarizados:

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 13)	1.886.865	1.934.532
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(269.357)	(317.994)
Aplicações Financeiras (Nota 7)	(17.523)	(16.074)
Dívida líquida	1.599.985	1.600.464
Total do patrimônio líquido	850.087	844.525
Total do capital próprio e de terceiros	2.450.072	2.444.989
Índice de alavancagem financeira - %	65%	65%

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e os julgamentos contábeis aplicados na elaboração destas Informações contábeis intermediárias correspondem às estimativas e aos julgamentos contábeis aplicados na elaboração das demonstrações contábeis anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

3.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Custo amortizado	
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	269.357	317.994
Aplicações financeiras	17.523	16.074	-	-
Contas a receber	-	-	40.609	42.942
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	286	445
	17.523	16.074	310.252	361.381
Outros passivos financeiros				
			31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e debêntures			1.886.865	1.934.532
Arrendamento mercantil operacional			3.667	-
Fornecedores			207.648	219.255
Fornecedores - Partes relacionadas			870	159
Mútuos - partes relacionadas			415.529	403.643
Outros passivos			2.947	5.381
			2.517.526	2.562.970

Notas Explicativas

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	40.108	42.498
Receitas acessórias	501	444
Total de contas a receber	40.609	42.942
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	261.547	311.889
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	261.547	311.889
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	5	5
Bancos conta movimento	5.093	2.390
Numerários em trânsito	2.147	3.093
Fundo de troco	565	617
	7.810	6.105
	269.357	317.994

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Caixa geral	5	5
Numerários em trânsito (i)	2.147	3.093
Fundo de troco	565	617
Bancos conta movimento	5.093	2.390
Aplicações Financeiras (ii)	261.547	311.889
	269.357	317.994

- (i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente;
- (ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas, remuneradas a taxas que variam entre 98% e 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário); e a fundos de investimentos remunerados, em sua grande parte, a taxa média de 100% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

7. Aplicações financeiras

Em 31 de março de 2019, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 17.523 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 16.074), referente a aquisição de 399 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fornecedores CRB (“FIDC” ou “Fundo”) efetuada em 29 de março de 2017, remuneradas à taxa de CDI 100%, conforme demonstrado na Nota 15. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e tem como objetivo fortalecer os fornecedores da Companhia, de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado das vendas e taxas mais atrativas, quando compradas às de mercado. É vetada a participação das empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte como investidora e/ou sacada do Fundo. A Companhia tem por objeto a valorização das suas cotas, através da aplicação de seus recursos na aquisição de direitos creditórios dos fornecedores da Companhia, sendo o saldo residual de caixa aplicado em instituições de 1ª linha, devidamente verificados e validados conforme critérios de elegibilidade e a gestão deste Fundo fica a cargo de empresa de corretagem especializada.

Notas Explicativas

8. Contas a receber

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
<i>Automatic Vehicle Identification ("AVI") (i)</i>	35.681	39.632
Vale pedágio (i)	5.607	3.776
Receitas acessórias	501	444
	41.789	43.852
Ativo circulante	40.609	42.942
Ativo não circulante	1.180	910

- (i) As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de março de 2019, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perda de crédito esperada das contas a receber.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	173.735	173.023
Amortização da outorga	-	1.340
Benefício fiscal (ágio) (i)	73.495	78.395
Provisão para contingências	2.840	2.027
Provisão para conserva especial	10.881	10.652
	260.951	265.437
Passivo não circulante		
Amortização da outorga (curva de demanda)	48.448	48.548
Margem de construção	6.754	6.697
Encargos financeiros	9.799	10.341
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº. 12.973)	57.929	58.650
Arrendamento	114	-
	123.044	124.236
	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	260.951	265.437
Tributos diferidos passivos	(123.044)	(124.236)
	137.907	141.201

A variação líquida do trimestre findo em 31 de março de 2019 relativa aos impostos diferidos totalizou uma redução de R\$ 3.294 no saldo.

Notas Explicativas

- (i) A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio (fundamentado em perspectiva de resultados futuros) reconhecido em função da incorporação de parte do acervo líquido da Controladora anterior (Odebrecht TransPort Participações S.A.), a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefício fiscal (ágio)	Compensação
			Total
2019	13.389	14.699	28.088
2020	19.102	19.599	38.701
2021	21.396	19.599	40.995
2022	40.832	19.598	60.430
2023	59.493	-	59.493
2024 em diante	19.523	-	19.523
	173.735	73.495	247.230

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro tributável que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31 de março de 2019			31 de dezembro de 2018
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	20	1.064	(560)	504	528
Móveis e utensílios	5	829	(598)	231	253
Veículos	20	7.053	(3.663)	3.390	3.898
Obras em andamento	-	3	-	3	1.003
		8.949	(4.821)	4.128	5.682

b) Movimentação

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Total
Custo	3.739	829	8.299	1.003	13.870
Depreciação acumulada	(3.211)	(576)	(4.401)	-	(8.188)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	528	253	3.898	1.003	5.682
Baixas, líquidas de depreciação	-	-	-	(1.000)	(1.000)
Depreciação	(24)	(22)	(508)	-	(554)
Saldo contábil	504	231	3.390	3	4.128
Custo	1.064	829	7.053	3	8.949
Depreciação acumulada	(560)	(598)	(3.663)	-	(4.821)
Saldo em 31 de março de 2019	504	231	3.390	3	4.128

Notas Explicativas

11. Intangível

a) Composição

	31 de março de 2019		31 de dezembro de 2018	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	497.966	(66.198)	431.768	413.088
Pavimentações e conservação especial	585.713	(200.877)	384.836	407.285
Hardware equipamentos de pedágio	81.174	(18.402)	62.772	62.764
Demais melhorias e ampliações	655.699	(55.617)	600.082	510.997
Desapropriações	219.239	(19.940)	199.299	187.400
Máquinas e equipamentos	3.467	(899)	2.568	2.589
Móveis e utensílios	2.015	(474)	1.541	1.553
Veículos	928	(345)	583	639
Meio ambiente e elementos de segurança	195.158	(20.528)	174.630	146.647
Obras em andamento	56.534	-	56.534	164.269
	2.297.893	(383.280)	1.914.613	1.897.231
Outros intangíveis (ii)				
Direito de outorga da concessão	1.337.238	(300.077)	1.037.161	1.044.696
Direito de uso	5.506	(1.919)	3.587	-
Softwares adquiridos de terceiros (*)	2.182	(1.391)	791	819
	1.344.926	(303.387)	1.041.539	1.045.515
	3.642.819	(686.667)	2.956.152	2.942.746

(*) A taxa utilizada para amortização de *Softwares* adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

(i) Intangível – Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado, periodicamente revisadas, exceto pavimento e veículos operacionais, que são amortizados pela vida útil estimada com uma média entre 3 e 5 anos, as projeções são periodicamente revisadas

As adições do trimestre findo em 31 de março de 2019 referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. O montante do custo está majorado pela margem de construção, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01.

(ii) Outros intangíveis

Direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração do Sistema Rodoviário, sendo amortizado pela projeção da curva de demanda limitado ao tempo do contrato.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período por ele estabelecido em cada contrato.

Notas Explicativas

Direito de uso corresponde aos contratos de arrendamento operacional de ativos (imóveis, equipamentos e veículos), conforme instrução do CPC 06(R2) / IFRS 16.

Os *softwares* correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados pelo método linear alocados ao resultado.

b) Movimentação

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software, direitos de uso e outros	Direito de uso de arrendamento (i)	Total
Custo	2.247.890	1.337.238	2.182	-	3.587.310
Amortização acumulada	(350.659)	(292.542)	(1.363)	-	(644.564)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.897.231	1.044.696	819	-	2.942.746
Reconhecimento inicial de direito de uso	-	-	-	4.583	4.583
Reconhecimento inicial da amortização de direito de uso	-	-	-	(1.463)	(1.463)
Adições	50.005	-	-	923	50.928
Amortização	(32.623)	(7.535)	(28)	(456)	(40.642)
Saldo contábil	1.914.613	1.037.161	791	3.587	2.956.152
Custo	2.297.893	1.337.238	2.182	5.506	3.642.819
Amortização acumulada	(383.280)	(300.077)	(1.391)	(1.919)	(686.667)
Saldo em 31 de março de 2019	1.914.613	1.037.161	791	3.587	2.956.152

(i) Direito de uso de arrendamento

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Reconhecimento inicial do custo	776	1.966	1.841	4.583
Reconhecimento inicial da amortização	(157)	(950)	(356)	(1.463)
Adições	-	923	-	923
Amortização	(45)	(233)	(178)	(456)
Saldo em 31 de março de 2019	574	1.706	1.307	3.587

12. Fornecedores

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Fornecedores nacionais	207.648	219.255
	207.648	219.255
Passivo circulante	76.506	112.109
Passivo não circulante	131.142	107.146

O saldo refere-se, substancialmente, a contratos com diversos fornecedores e prestadores de serviços, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização dos negócios da Companhia.

13. Empréstimos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,32% / IPCA + 9,60% /	335.772	343.626
Debêntures (b)	R\$	IPCA + 8,66% / IPCA + 8,11%	1.571.065	1.612.189
Custos a amortizar (c)	R\$	IPCA + 9,57%	(19.972)	(21.283)
			1.886.865	1.934.532
(-) Passivo circulante				
Empréstimos BNDES			(96.994)	(93.383)
Debêntures			(147.715)	(155.380)
(-) Passivo circulante			(244.709)	(248.763)
Passivo não circulante				
Empréstimo BNDES			238.188	249.574
Debêntures			1.403.968	1.436.195
Passivo não circulante			1.642.156	1.685.769
			(1.886.865)	(1.934.532)

Notas Explicativas

(a) BNDES

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a. e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + Taxa de Referência + 2,32% a.a. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia recebeu no acumulado de liberações pelo BNDES no montante de R\$ 654.938 sendo que o saldo remanescente do contrato, R\$ 266.565, não será mais desembolsado pelo BNDES.

No trimestre findo em 31 de março de 2019, a Companhia liquidou parcelas do BNDES no montante de R\$ 16.864, sendo R\$ 13.018 de principal e R\$ 3.846 de juros e correções monetárias.

A amortização é realizada pelo pagamento mensal desde outubro de 2010. Abaixo a composição dos vencimentos finais:

Vencimento	Encargos (% a.a.)	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
abr/21	TJLP + 2,32%	46.189	51.586
mai/22	IPCA + 8,11%	117.670	108.136
mai/22	IPCA + 9,60%	10.334	15.841
mai/22	IPCA + 8,66%	19.367	18.742
abr/23	TJLP + 2,32%	84.090	77.558
abr/25	TJLP + 2,32%	58.122	71.763
		335.772	343.626

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito são destinados à realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I.

(b) Debêntures

Em 10 de julho de 2012, foi aprovado pelos debenturistas o 3º aditivo da escritura de debêntures, prolongando o prazo de vencimento para mais 24 meses, passando os vencimentos finais para 15 de janeiro de 2024, para as debêntures de primeira série, e 15 de julho de 2024, para as debêntures de segunda série. Também foram alterados os prazos para pagamento da primeira parcela do valor nominal unitário das debêntures.

Em 15 de janeiro de 2019, a Companhia liquidou a oitava parcela referente a primeira série das debêntures no montante de R\$ 94.439, sendo R\$ 13.750 de principal e R\$ 80.689 de juros e correção monetária.

A composição da operação da escrituração de debêntures em aberto em 31 de março de 2019 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
junho-10	1ª série	550.000	até janeiro-24	IPCA + 9,57%	755.874	824.364
junho-10	2ª série	550.000	até julho-24	IPCA + 9,57%	815.191	787.825
					1.571.065	1.612.189

Notas Explicativas

O valor nominal unitário atualizado das debêntures da primeira e segunda série será amortizado anualmente, juntamente com a remuneração, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização da Primeira Série	(i)	Datas de Amortização da Segunda Série	(ii)
janeiro de 2019	2,50%	julho de 2019	4,00%
janeiro de 2020	5,50%	julho de 2020	9,00%
janeiro de 2021	10,00%	julho de 2021	13,00%
janeiro de 2022	19,00%	julho de 2022	16,00%
janeiro de 2023	21,00%	julho de 2023	19,00%
janeiro de 2024	26,00%	julho de 2024	23,00%

- (i) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da primeira série a ser amortizado;
- (ii) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da segunda série a ser amortizado.

(c) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno ("TIR") da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

			31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
	Debêntures	BNDES	Total	Total
Saldo no início do período / exercício	20.613	670	21.283	26.552
(-) Amortizações	(1.231)	(80)	(1.311)	(5.269)
Saldo no final do período / exercício	19.382	590	19.972	21.283

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures	BNDES	Total
2019	4.943	253	5.196
2020	4.743	175	4.918
2021	4.214	103	4.317
2022	3.227	39	3.266
2023	1.965	15	1.980
2024 em diante	290	5	295
	19.382	590	19.972

(d) Prazo de vencimento

O montante das operações das debêntures e do BNDES de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
2020	204.041	210.859
2021	264.965	272.774
2022	364.243	374.095
2023	365.948	374.686
2024 em diante	442.959	453.355
	1.642.156	1.685.769

Notas Explicativas

(i) Garantias

As debêntures e o financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

(ii) Principais compromissos assumidos (“*Covenants*”)

As cláusulas restritivas foram cumpridas em 31 de março de 2019.

14. Arrendamento mercantil

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Reconhecimento inicial	477	1.067	1.571	3.115
Adições	-	923	-	923
Baixas	(30)	(222)	(197)	(449)
Apropriação de juros	10	35	33	78
Saldo em 31 de março de 2019	457	1.803	1.407	3.667
Passivo circulante	97	1.037	735	1.869
Passivo não circulante	360	766	672	1.798

O reconhecimento inicial considerou a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação de 9%.

15. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Composição

As transações que influenciaram o resultado e os investimentos do trimestre findo em 31 de março de 2019 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, respectivamente, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Saldos			Transações		
	Ativo	Passivo		Resultado		
	Contas a Receber	Fornecedores	Mútuo	Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Despesas financeiras
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) (ii)	283	111	-	379	-	-
Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) (iii)	3	655	-	1.523	-	-
Odebrecht Transport S.A. (“OTP”) (i)	-	-	415.529	-	-	11.886
Odebrecht Previdência (“Odeprev”) (iv)	-	104	-	-	65	-
Em 31 de março de 2019	286	870	415.529	1.902	65	11.886
Em 31 de dezembro de 2018	445	159	403.643	4.022	373	62.713

Notas Explicativas

(i) OTP

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Mútuo OTP (a)	424.378	412.776
Custos de transação (b)	(8.849)	(9.133)
	415.529	403.643

(a) Em 20 de setembro de 2013, a Companhia celebrou contrato de mútuo no valor total de R\$ 300.000 com sua controladora, que será atualizado pela variação da inflação mais juros remuneratórios, em consonância com o praticado no mercado.

Em 31 de março de 2019, a Companhia registrou valor de mútuo com partes relacionadas de R\$ 424.378 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 412.776).

No trimestre findo em 31 de março de 2019, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 11.886, referente a juros, correções monetárias e custos de transação sobre mútuo.

O pagamento dos juros será realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a liquidação do valor principal do mútuo, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025.

(b) Custos de transação pagos na intermediação na contratação do mútuo.

(ii) CNO

O montante de R\$ 379 refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio de tecnologia da informação) prestados pela CNO. Em 31 de março de 2019, a Companhia apresenta o montante de R\$ 283 a receber junto a CNO, referente reembolso de custos com aquisição de materiais para obras de prolongamento da Rodovia SP 083, realizadas pelo Consórcio Corredor Dom Pedro I.

Em 31 de março de 2019, a Companhia apresenta o montante de R\$ 111 a pagar junto a CNO, referente a prestação de serviços de Consultoria de TI.

(iii) ODBVias

O montante de R\$ 1.523 com a ODBVias refere-se à prestação de serviços compartilhados.

Em 31 de março de 2019, a Companhia apresenta o montante de R\$ 655 a pagar junto a ODBVias, referente a prestação de serviços de engenharia.

(iv) Odeprev

Em 31 de março de 2019, a Companhia apresenta o montante a pagar de R\$ 104 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 98), referente ao plano de previdência complementar.

Notas Explicativas

Foi reconhecido despesa com plano de previdência complementar no trimestre findo em 31 de março de 2019 o montante de R\$ 65 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 373).

(v) FIDC

Em 31 de março de 2019, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 17.523, referente a aquisição de 399 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fornecedores CRB conforme mencionado na Nota 7.

(b) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores estatutários da Companhia nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018, totalizou os montantes de R\$ 341 e R\$ 168, respectivamente.

	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Salários	248	128
Encargos	51	26
Previdência complementar	37	9
Outros	5	4
	341	168

16. Provisões para contingências

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.732	989
Reclamações cíveis	4.746	3.320
Contingências tributárias	1.986	1.764
	8.464	6.073

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia.

A Companhia também tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, no montante estimado de R\$ 65.852 em 31 de março de 2019 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 108.057).

No trimestre findo em 31 de março de 2019, a Companhia apresenta R\$ 42.817 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 39.122) na rubrica de depósitos judiciais referente a processos de natureza cível.

17. Provisão para conserva especial

a) Composição

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Provisão de conserva especial	32.004	31.329
	32.004	31.329

Notas Explicativas

b) Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2018	31.329
Constituição/reversão de provisão a valor presente	810
Constituição conserva especial	8.118
Baixa de conserva especial	(8.253)
Saldo em 31 de março de 2019	32.004

Em 31 de março de 2019, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 32.004 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 31.329) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de cinco anos, descontados a valor presente, a uma taxa de 6,5% com base na projeção de mercado do CDI, e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos.

18. Antecipações de direitos a faturar

	31 de março de 2019	31 de dezembro de 2018
Antecipação de Direitos a Faturar	60.000	60.000
	60.000	60.000

Em 31 de março de 2019, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 60.000 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 60.000) referente à Antecipação de Direitos a Faturar a “XPCE VII – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados”, referente à operação que consiste na aquisição de direitos creditórios decorrentes de ações judiciais que a Companhia possui contra companhias de distribuição de energia e de abastecimento de água pela utilização de faixa de domínio localizada às margens da Rodovia Dom Pedro I. A compradora dos direitos creditórios possui a opção de venda para a Companhia no caso de insucesso destas ações, no entanto, a Companhia considera esta opção com baixa probabilidade de êxito pois todas as ações são avaliadas como Prováveis ou Possíveis de sucesso. Em contrapartida, a Companhia tem a opção de recomprar estes direitos creditórios após 30 meses.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação. A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela ODBVias e indiretamente pela OTP.

Notas Explicativas

20. Receita líquida

	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	50.005	39.378
Receitas em numerário	46.169	47.073
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	111.874	108.643
Receitas de vale pedágio (iii)	10.744	9.187
Receitas acessórias	3.688	7.536
Receita de operação	172.475	172.439
Receita total	222.480	211.817
Tributos sobre serviços de operação	(14.786)	(14.993)
	207.694	196.824

- (i) Nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e de 2018, a Companhia reconheceu R\$ 50.005 e R\$ 39.378, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de concessão.

Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

21. Custos dos serviços

	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Depreciação e amortização	(41.159)	(44.226)
Salários e encargos	(7.620)	(7.564)
Gastos gerais	(1.378)	(1.219)
Serviços de terceiros	(4.884)	(6.137)
Seguros	(1.573)	(1.606)
Outorga variável	(2.588)	(2.587)
Provisão para conserva especial	(8.118)	(10.693)
Materiais	(2.278)	(2.455)
	(69.598)	(76.487)
Custo de construção ICPC 01-R1	(49.505)	(38.984)
	(119.103)	(115.471)

22. Despesas gerais e administrativas

	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Salários e encargos	(2.387)	(2.617)
Serviços de terceiros	(2.424)	(2.196)
Depreciação e amortização	(37)	(36)
Materiais e equipamentos	(228)	(101)
Despesa com veículos	(76)	(57)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(170)	(167)
Despesas com viagens	(6)	(4)
Provisão para contingências	(2.391)	(1.769)
Gastos gerais	(1.056)	(397)
	(8.775)	(7.344)

Notas Explicativas

23. Resultado financeiro líquido

	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(6.802)	(8.415)
Juros sobre mútuos	(6.676)	(6.413)
Juros sobre debêntures	(35.252)	(35.122)
Custos de transação	(1.594)	(1.598)
Arrendamento mercantil operacional	(83)	-
Correção monetária sobre empréstimos, debêntures e mútuo	(25.199)	(22.547)
Juros sobre atraso	(5)	(93)
IOF	(84)	(63)
Ajuste a valor presente	(810)	(549)
Outras	(811)	(508)
	(77.316)	(75.308)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	5.614	6.841
Outras	925	12
	6.539	6.853
Resultado financeiro, líquido	(70.777)	(68.455)

24. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Resultado antes dos impostos	9.102	5.543
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(3.095)	(1.885)
Adições/Exclusões permanentes, líquidas	(283)	148
Outros (*)	-	(4)
Efeito IR e CSLL no resultado	(3.378)	(1.741)
IR e CSLL corrente	-	(891)
IR e CSLL diferido	(3.378)	(851)
Total de IR e CSLL diferidos	(3.378)	(1.741)

25. Demonstração do fluxo de caixa

- a) A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do trimestre findo em 31 de março. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Fornecedores	14.831	29.360
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	14.831	29.360
Adições de ativo intangível	(14.831)	(29.360)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(14.831)	(29.360)

Notas Explicativas

26. Seguros

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos operacionais, responsabilidade civil, seguros de veículos e seguros garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Em 31 de março de 2019, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Seguro de Veículo	(*)
Garantia de Concessões Públicas	217.331
Risco operacional	400.000
Responsabilidade Civil	130.000
Risco de Engenharia	323.683

(*) 100% a 110% da Tabela FIPE.

27. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas.

	31 de março de 2019	31 de março de 2018
Lucro (prejuízo) do exercício	5.724	3.802
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	556.799	556.799
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	10,28	6,83

(a) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

28. Eventos subsequentes

De acordo com o comunicado de fato relevante feito ao mercado em 29 de janeiro de 2019, a controladora ODBVias assinou o compromisso de venda de 85% do capital social total e votante da Companhia para o Fundo de Investimentos SCP 1335.

A Transação será concluída após a satisfação ou renúncia de todas as condições suspensivas previstas no Contrato que incluem a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), e Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP").

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A receita líquida da Companhia atingiu o total de R\$ 207.694 mil no primeiro trimestre de 2019, apresentando uma redução de 12,6% em relação ao projetado. As principais variações aconteceram nas seguintes rubricas: (i) Receita de Pedágio, que sofreu uma redução de 9,0%, devido principalmente a suspensão do pagamento de eixo suspenso a partir do dia 31 de maio de 2018 e (ii) Receita Acessória, com uma redução de R\$ 2.535 mil, referente a variação de receitas por Uso da Faixa de Domínio, Passagem de Cargas Especiais, Utilização de Acessos, entre outros.

O investimento em ampliação e manutenção realizado no período findo em 31 de março de 2019 foi de R\$ 57.758 mil, representando uma redução de 8,3% em relação ao projetado.

Fonte das Projeções - Formulário de Referência divulgado em 29/05/2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Itatiba – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária”, assim como pela apresentação destas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Responsabilidade dos auditores independentes

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Operação Lava Jato

Conforme mencionado na Nota Explicativa no 1 às informações contábeis intermediárias, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, da qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas conseqüências futuras. As informações contábeis intermediárias da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com às informações intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de maio de 2019

Nelson Fernandes Barreto Filho

CT CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de março de 2019, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de março de 2019.

Itatiba, 14 de Maio de 2019.

Ana Carolina de Carvalho Farias

Augusto Cesar do Nascimento Beber

Diretor - Presidente

Diretor-Administrativo, Financeiro e R.I.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de março de 2019, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de março de 2019.

Itatiba, 14 de Maio de 2019.

Ana Carolina de Carvalho Farias

Augusto Cesar do Nascimento Beber

Diretor - Presidente

Diretor-Administrativo, Financeiro e R.I.